

Ação sociocaritativa e vulnerabilidades futuras*

MANUEL LINDA**

Resumo: O presente texto pretende desenvolver três assuntos. Num primeiro, mostra o fundamento da ação social da Igreja, na base da sua definição antropológica como caridade e solidariedade. Num segundo, faz uma avaliação desse modelo de ação, tal como se concretizou na história recente. Num terceiro momento, apresenta o ponto de vista do Papa Francisco no que toca à renovação do impulso caritativo dos cristãos.

Palavras-chave: caridade, solidariedade, diaconia, ação social, Papa Francisco.

Abstract: The present paper intends to clarify three main topics of the Church social activity: its deep justification in charity and solidarity; an evaluation of recent institutionalization forms; the presentation of Pope Francis understanding of this important pastoral part of the Church's life.

Keywords: charity, solidarity, diaconia, social action, Pope Francis thought.

* Este texto reporta-se a uma comunicação, quase informal, apresentada na "Semana de Teologia" da UCP/Porto. Na hora de organizar mais os apontamentos então tomados, optei por manter as marcas de oralidade, razão pela qual se apresenta sem aparato crítico e construído à base de tópicos.

** Bispo do Porto.

Os cristãos jamais consideraram como mera retórica o amor fraterno pregado por Jesus Cristo. Inerente ao dado da fé, esteve sempre o serviço aos outros, pertencessem ou não à comunidade crente – serviço muitas vezes escondido e personalizado (o tal em que nem sequer a mão esquerda sabe o que faz a direita), mas também organizado, estruturado ou 'institucionalizado'. Pense-se, por exemplo, no estabelecimento oficial do diaconado, logo nos primórdios dos tempos apostólicos, com a finalidade da assistência aos pobres, mormente no fornecimento de refeições diárias (cf. At 6, 1-6).

Ao longo da história, esta dupla dimensão acompanhou sempre a existência cristã, sem que uma absorvesse a outra. Mas chamou a atenção, precisamente porque mais observável, a caridade organizada. Durante séculos, foi mesmo a única presente na sociedade. Porém, com a modernidade, o sentimento antirreligioso intentou afastar a Igreja da sua grande base de apoio: a sociedade. Fez, então, tentativas de a imitar, criando organismos assistenciais.

Depois da Segunda Guerra Mundial, vendo que o capitalismo, por si, jamais adquiriria um rosto humano, teóricos e estadistas lançaram as bases do 'Estado Social'. Esta época representou um verdadeiro *boom* para as instituições de solidariedade social. Mais uma vez, a Igreja foi pioneira: aproveitou a experiência que já possuía em organismos assistenciais e, com os apoios do Estado, lançou-se na criação de valências e estruturas que cobrissem um pouco a totalidade do país. A iniciativa partiu, quase sempre, das Paróquias, Misericórdias e Ordens Terceiras. E bem, obviamente. Por isso, estas estruturas foram, são e serão o verdadeiro "rosto da proximidade e solidariedade".

Mas creio ser chegado o momento de proceder à avaliação dos resultados. Por muitos motivos: por exemplo, no que diz respeito às Paróquias, para ver se a dimensão organizacional não absorve energias necessárias para a pastoral, se esse mesmo âmbito não obscurece o que poderíamos chamar a 'caridade personalizada e de proximidade' e, fundamentalmente, se a aceleração da história não conduziu ao dado insólito de transformar essas veneráveis instituições em extensões do Estado que este, em condições altamente vantajosas, usa enquanto precisa e descarta, sem qualquer pudor nem olhar a consequências, quando está em condições de resolver as coisas de outro modo, ainda que com piores serviços e a preços muito mais elevados.

Com este texto, apenas pretendo dar o meu contributo para essa avaliação. Dividi-lo-ei em três partes. Numa primeira, mais doutrinal, acentuarei a solidariedade como expressão humana e cristã; depois, intentarei uma avaliação sumária do modelo assistencial; finalmente, sublinharei a proposta do Papa Francisco para um novo paradigma de caridade.

1. Da sociedade à beneficência

O individualismo contemporâneo parece ter dificuldade em entendê-lo, mas ser pessoa é ser social. Devemo-nos uns aos outros: ninguém se basta a si mesmo, todos temos necessidade dos outros para coisas tão habituais como a alimentação ou o vestuário, participamos da mesma cultura que orienta as mundividências do grande grupo em que nos inserimos, etc. A esta dimensão é que chamamos socialidade. Se vivida num timbre de sensibilidade às carências alheias, como ajuda ou altruísmo, falamos de filantropia, a qual, iluminada pelo exemplo da entrega total de Jesus Cristo, atinge a elevação de caridade.

1.1. A filantropia como inerente à socialidade

A socialidade gera uma dimensão da consciência humana que sente contínua necessidade de se exprimir em noções a que chamamos valores (ajuda, socorro, carinho...) e até em instituições que garantam um cunho de continuidade a esses valores (instituições de solidariedade social). É a dimensão filantrópica, presente em todas as latitudes e tempos históricos, seja qual for a religião ou a falta dela.

Esta dimensão pode ser favorecida ou dificultada por situações internas ou externas à pessoa. Por exemplo, perante as dimensões da tragédia de um terramoto é mais fácil gerar-se uma onda de solidariedade do que perante o sem-abrigo, pois estes, de tão 'habituais', quase que fazem parte do nosso quotidiano. Mas é fundamentalmente a cultura que favorece ou dificulta a filantropia. E nos nossos dias, a sociedade do bem-estar, do consumo, das tecnologias para desfrute individual, de acentuada mobilidade de veraneio (viagens de fins de semana, pontes, férias, etc.) não é de molde a ajudar muito a aproximação e a (pré-)ocupação com os necessitados. Que o digam, por exemplo, os filhos que abandonam os pais nos hospitais para irem... de férias. A prova disso é, por exemplo, a "solidão estrutural" de certos grupos. Com predomínio para os portadores de deficiência e os idosos, os tais que conduziram a essa novidade que é a criação do Ministério da Solidão, na Inglaterra. Por isso, os poucos que, de forma habitual e não meramente circunstancial, combatem a "solidão estrutural" quase sempre também combatem o sistema. Quanto mais não seja, pela denúncia.

1.2. A caridade, específica do seguidor de Jesus Cristo

Da parte cristã, a exemplo da atuação de Jesus Cristo que "passou fazendo o bem" (At 10, 38), a necessidade social motiva, explicita e potencia a caridade. Isto é: a simples filantropia ou aproximação instintiva a quem sofre

encontra no exemplo de Cristo uma elevação tal que o cristão chega a assumir como obrigação o 'ter de dar a vida' pelo outro. É a caridade, a última e mais sublime etapa do amor-ágape, do amor-doação. A caridade coloca-se, assim, entre a necessidade e a atuação. É causa desta e efeito da primeira.

A inteligência crente verifica também que há carências da mesma espécie. Por exemplo, entre os mais velhos. Então, organiza-se a resposta da caridade a essas necessidades mais ou menos do mesmo género. É isto que justifica e impele o associativismo em prol do bem comum. Este associativismo com fim beneficente, inicialmente quase sempre informal, provém, então, de duas fontes: da dimensão psicológica da amizade inter-humana e, de maneira especial, da caridade sobrenaturalmente alimentada pela graça. As duas juntam-se para uma aproximação, como que instintiva, ao necessitado.

Mas a mola impulsionadora mais forte é a caridade. Face à mera filantropia, representa o dobro da força, pois supõe esta, mas possui algo bem mais forte, que lhe acrescenta: o mandamento expresso e o exemplo de Jesus. É esta dupla força que, não só aproxima o crente do carente, como o faz descobrir as mais sublimes formas de socorro e assistência, quase sempre, pelo menos nos inícios, fora dos estreitos limites e dos estereótipos dos quadros institucionais ou técnicos de uma determinada época.

Mas, para além dessa originalidade, outros dados são de referir. O serviço prestado é desinteressado, generoso, denso de calor humano e, ao mesmo tempo, segundo as exigências metodológicas e com os contributos técnicos oferecidos pelo desenvolvimento científico da época. Pensemos, a título de mero exemplo, no método educativo do P. Américo e no recurso às técnicas modernas para a época: tipografia, carpintaria mecânica, serralharia, etc.

1.3. A caridade exprime-se em misericórdia

A caridade tem uma 'filha': chama-se misericórdia. É um sentimento ou 'paixão' – no sentido corrente, como apaixonamento intenso, atração quase irresistível, necessidade de presença próxima – que nasce naturalmente da abertura humana e, muito mais, da cristã à dor e à necessidade do outro. Só o sádico social e o soberbo – dois casos de doença relacional – desconhecem a misericórdia. Porque o primeiro, patologicamente, sente gosto na dor do outro e o segundo despreza ostensivamente o semelhante.

A misericórdia associa-se naturalmente com a generosidade, e ambas potenciam os efeitos benéficos do agir caritativo. Daqui a importância da misericórdia para a resolução, rápida e desburocratizada, das problemáticas sociais, para promover a circulação das riquezas (materiais e espirituais) e para organizar formas adequadas de serviço social que superem a estreita e restritiva justiça.

Estas formas quase sempre constituíram novidade absoluta no sector ao qual se dirigem. Pense-se nas leprosarias, gafarias e lazaretos; tenha-se presente a diversidade de formas de atuação que a praxis cristã cristalizou nas Santas Casas da Misericórdia, com uma visão integral da pessoa nas obras corporais e espirituais; recorde-se o tratamento das doenças mentais com os seguidores de S. João de Deus; pense-se nas Conferências Vicentinas e na promoção dos pobres a partir das suas próprias casas; recorde-se a defesa da vida com as rodas conventuais e o acolhimento das prostitutas e mães solteiras; evoque-se os Mercedários e sua tarefa de resgate de prisioneiros e cativos, etc. E não se ignore até que, na sua maioria, são provenientes da ação da Igreja realidades tão comezinhas como os antigos campos do jogo da bola (hoje snobmente designados estádios ou 'catedrais' de futebol), grupos desportivos, bandas de música, ranchos folclóricos, grupos de teatro, etc. É que a misericórdia, sob o estímulo da caridade, traduz-se em beneficência organizada.

2. E para o futuro?

A Igreja, portanto, ligou o seu nome à absoluta inovação assistencial e colocou-se na origem de quase todas as melhores instituições sociais que o Estado – muitas vezes mediante um jacobinismo perito em estupidez – assumiu ou está a assumir como suas para, num segundo momento, as entregar a 'sectores sem coração', como é o caso do grande capital.

Atualmente, embora com várias exceções, a beneficência eclesial centra-se, fundamentalmente, na assistência à infância (berçários, creches e jardins infantis) e à terceira idade (lares, centros de dia e apoio domiciliário). Continuamos, também, a manter instituições para crianças, adolescentes e jovens filhos de famílias desestruturadas (Casas do Gaiato, Oficinas de São José, Obra de Frei Gil, Via Nova, Instituto Mons. Airoso, Florinhas disto e daquilo, etc.), lares para deficientes profundos (Ordem de S. João de Deus, Centro João Paulo II, em Fátima, etc.), acolhimento de doentes terminais (Casa do Poverello ou Domus Fratemitas), regeneração de prostitutas, acolhimento de vítimas de violência doméstica, etc.

A parte de leão da assistência está representada, fundamentalmente, pelos Centros Sociais Paroquiais, Misericórdias e Confrarias/Ordens Terceiras. Estas duas últimas instituições estão quase sempre – e bem! – nas mãos dos leigos. Importa refletir fundamentalmente nos Centros Sociais Paroquiais, já que, pela sua natureza, habitualmente têm o Sacerdote/Pároco como seu Presidente nato.

2.1. Necessidade de repensar as formas de atuação

Se a própria Igreja, realidade histórica, é chamada a passar, naquele ponto ómega, quando Cristo for tudo em todos, muito mais passarão as suas obras e as formas históricas de institucionalizar a caridade. Creio, pois, que é chegado o momento de repensar se devemos continuar a investir nos mesmos sectores e nas mesmas formas em que temos investido. Além do mais, porque, objetivamente, o Estado está a dificultar-nos a assistência social como a concebemos até agora. Inconscientemente ou de forma menos inocente, parece querer retirar a Igreja da sua única base de apoio: a sociedade. Já o tinha feito com o mundo da saúde, está a fazê-lo agora com o ensino e prepara-se para iniciar o processo com a assistência social. E o mais curioso é que retira esses sectores à Igreja para, posteriormente, acabar por os entregar a poderosíssimos *lobbies* económicos, os quais, mais cedo ou mais tarde, acabam por impor as suas regras.

Nesta linha, há que ter presente alguns indicadores que funcionam precisamente como... indicadores. Todos nos lembramos, por exemplo, da tentativa de imposição do aborto nos hospitais católicos alemães ou do ensino da cartilha da 'ideologia de género' nos colégios espanhóis da Igreja. Na Inglaterra, as instituições de acolhimento da Igreja devem permitir aos meninos e às meninas, a partir de uma idade bem precoce, todo o género de relacionamento sexual (hetero ou homo), sob pena de serem excluídas da segurança social. Entre nós, embora invocando os custos, o corte dos 'contratos de associação' com o ensino livre é de uma gravidade espantosa, da qual nem sempre nos apercebemos: constitui a afirmação de ideologias estatizantes, de tendência ditatorial, que fazem da sociedade subsidiária do Estado, quando, na realidade, é precisamente o contrário. Finalmente, mais um dado: aquando da discussão da nova lei da adoção, nos Estados Unidos, surgiu um insignificante grupelho de ateus a exigir que as famílias praticantes não pudessem adotar crianças para que estas não corressem o perigo de serem influenciadas religiosamente. E o que é verdade é que conseguiu arregimentar a seu favor uma parte significativa da sociedade americana. Entre os sensíveis a esse 'perigo terrível' estava o advogado das causas fraturantes, o Presidente Barack Obama.

Por estes e muitíssimos outros indicadores, não faltam por aí pessimistas que garantam que, dentro de uma ou duas décadas, a Igreja será expulsa do mundo social, no que concerne às obras apoiadas pelo Estado. De facto, o pensamento único ou politicamente correto dá sinais preocupantes de querer seguir esta via ditatorial. É verdade que nos Estados Unidos, por exemplo, com base na "Primeira Emenda", os tribunais estão a dar razão aos organismos católicos, mormente às Ordens Religiosas, por não aceitarem orientações

políticas que contradigam a sua fé e os seus valores. Não sou tão otimista, porém, a respeito da jurisprudência europeia, em geral, e da portuguesa, em particular.

2.2. Atual modelo e pastoral

O atual modelo de dependência estatal está cheio de armadilhas e é fonte de não pequenas dificuldades. Uma provém da própria relação com o Estado; outras são geradas no interior da comunidade crente, mormente a nível das Paróquias.

Sem pretender ser exaustivo, a respeito do primeiro âmbito apresentaria os seguintes exemplos: baixa comparticipação estatal, se compararmos fatores tais como terreno, mobiliário, etc.; exigências legais descabidas e à margem da realidade; frequente asfixia financeira das instituições por incumprimento dos prazos de transferências; imposição de modelos que se opõem à moral cristã e de critérios ideológicos quase sempre filiados na 'ideologia de género'; frequentes tentativas de partidarização de algumas estruturas, etc.

Quanto às dificuldades endógenas, fonte de não pequenas dores de cabeça e até de problemáticas pastorais graves, refiro: frequentes animosidades e conflitos por motivos de empregos dados a umas pessoas e não a outras; tensão em situações disciplinares ou mesmo em casos de despedimento; absorção de muito tempo, especialmente ao Pároco, e de grandes energias pastorais; fatores de inveja e afrontamento por parte de algum caciquismo local e das políticas que se opõem ao assistencialismo, etc.

Mas a grande problemática, para a qual não conheço indicadores fiáveis, é a percepção de que a demasiada institucionalização da caridade pode causar, na comunidade cristã, uma certa insensibilidade face às situações particulares e originar aridez nas relações nos casos de carências não institucionalizáveis. Dito de uma forma simples: a caridade institucionalizada, ou macrocaridade, parece estar a descomprometer as pessoas, as relações familiares e a microcaridade ou a tal 'caridade tu-a-tu'. Interroguemo-nos, por exemplo, se todas as famílias precisariam mesmo de arrumar ou engavetar os seus idosos nos lares e casas de recolhimento. Perguntemo-nos se não estaremos a criar uma sociedade e – o que é pior – cristãos de relações frias, meramente racionais, economicistas, que privilegiam a funcionalidade técnica em detrimento do princípio antropológico básico do cuidar e do responsabilizar-se, mormente quando entram laços de sangue.

Por tudo isto, algumas instituições eclesiais – não todas, obviamente – estão a ser fonte de problemas pastorais e não parte da sua solução.

2.3. Não obstante... a Igreja tem de continuar na assistência social

Com o anteriormente referido, ditado mais pelo realismo dos factos do que pelo pessimismo, não se quer afirmar que a Igreja se deva retirar da assistência social organizada. Pelo contrário! Até porque é a Igreja quem cobre, efetivamente, a totalidade do território nacional e, em certas zonas desertificadas e de população envelhecida, se a Igreja não fizer, ninguém fará. O que se pretende chamar a atenção é apenas para a ideia de que o atual modelo maioritário parece estar a esgotar as suas virtualidades e que, para o futuro, será de ter em conta aspetos tais como:

- a) *Necessidade de um certo profetismo*. Temos capacidade de mostrar ao mundo que nem tudo se faz por dinheiro e que a providência divina possui mais valores que o Ministério das Finanças. Sei de instituições, por exemplo, que só vivem da caridade e asseguram as melhores condições para cerca de uma centena dos mais pobres dos pobres. E conheço outra, de deficientes profundos, também sem qualquer vínculo com o Estado, em que a alimentação é ministrada por dezenas de universitários voluntários que criam uma escala de serviço e não falham. Isto sim, é cristão.
- b) *Necessidade de inovar*. Há que ser mais arguto na descoberta daquelas novas formas de pobreza à qual a sociedade e o Estado só muito tarde ou nunca acodem. Pensemos na reeducação dos que saem da prisão mais violentos do que quando para lá entraram, nos que vivem em solidão estrutural, na necessária criação de uma grandeza de alma que contrabalance a oposição ao acolhimento de emigrantes e refugiados, no risco de exclusão social ligado ao empobrecimento, nas novas formas de violência, tal como o *bullying*, no desânimo na procura de trabalho, nas múltiplas dependências, mormente dos jogos *online*, no sedentarismo e na dificuldade de relação, no risco de suicídio e na depressão, ligados à atual incapacidade de aguentar elevados níveis de stress; nas excentricidades perigosas de algum divertimento e na maturidade emocional tardia, etc.
- c) *Investir nos grandes âmbitos* que a cultura dominante de massas despreza ou põe em causa, tal como continuamente denuncia o querido Papa Francisco. Lembro, por exemplo, todo o capítulo IV da Exortação Apostólica "A alegria do Evangelho": inclusão social dos pobres, luta pela justiça e exigência de repartição da riqueza, cuidar de todas as fragilidades e dos 'descartados', promoção da cultura da paz, defesa da nossa 'casa comum', etc.

- d) Embora de acordo com o *princípio de participação/colaboração* e reclamando o princípio de subsidiariedade do Estado, a Igreja tem de se dar conta de que não é nem pode ser um organismo daquele, como no tempo do regalismo ou, ainda hoje, nos países nórdicos. Como tal, tem de ter presente que certas alianças a não libertam e, fundamentalmente, impedem ou dificultam um outro género de bem que o Estado não faz, até porque não sabe fazer.
- e) Há que ser consequente com o *princípio de autonomia das realidades terrenas*, tão querido ao Concílio. Por isso, o que a Igreja deve fazer, particularmente mediante as Paróquias, é incentivar grupos e organismos a avançar para obras de solidariedade social sem que estas, porém, sejam propriedade e fiquem à responsabilidade da Paróquia. E a maturidade cultural e civilizacional do nosso povo saberá assumir estas tarefas e dar-lhe pleno cumprimento.
- f) Enfim, não se pode esquecer que, juntamente com a evangelização e a liturgia, *o exercício da caridade continua a ser o terceiro pilar sobre que assenta a vida crente*. E, por vezes, as nossas Paróquias prestam o devido relevo aos dois primeiros aspetos e desprezam o terceiro. Como tal, há que começar a investir em algumas organizações paroquiais sociocaritativas: Cáritas Paroquial, Conferências Vicentinas, visitantes de doentes e idosos, observatório de pobreza, refeitórios sociais (se for o caso), grupos de pares que façam ver aos toxicod dependentes a possibilidade e necessidade de se recuperarem, etc. É indispensável que todas as Paróquias se dotem de algum destes organismos ou de outro similar.

3. Entre justiça e assistencialismo

Porém, a Igreja não se pode cingir exclusivamente à dimensão assistencial, sob pena de ser acusada de alienada e alienante. Foi esta a grande acusação de Marx, que tentou fazer a 'sociedade nova' ou os 'amanhãs que cantam' pela via do combate às causas e não às consequências. E é esta a acusação que os neomarxistas nos lançam à cara, como se nós sentíssemos especial prazer em situarmo-nos nas periferias a cuidar dos que o sistema para lá catapultou. E, de facto, como diria alguém, parece que o cristão é um 'eterno automarginalizado', um escondido por entre os arbustos das margens: não é tão bom e tão afinçado a tentar interferir nos centros de decisão que determinam as grandes políticas orientadoras como o é, depois, a aplicar o que lhe impõem no ensino, na saúde, na assistência social, etc.

3.1. Necessidade de um novo paradigma

Ora, a justiça e a assistência constituem as duas faces da mesma virtude da misericórdia-caridade. O Papa atual lembrou isso no notável discurso ao Congresso dos Estados Unidos (24 de setembro de 2015). A partir do exemplo dessa mulher extraordinária, Dorothy Day, anarquista convertida à Igreja Católica, que ela designava por “Igreja dos pobres”, e agora com o processo de beatificação a decorrer, Francisco ressaltou a atualidade daquele paradigma, presente no Movimento Operário Católico, que concilia, em simultâneo, o compromisso social ou a paixão pela justiça com o exercício das mais urgentes obras de misericórdia. O que é típico desse movimento pacifista é, de facto, a interligação estreita entre a ajuda imediata ao pobre, que continua necessária, e a sua implicação num processo sociopolítico de libertação e reivindicação não violenta dos seus direitos.

Nesta atuação paradigmática de Dorothy Day, o Papa vê tipificadas algumas notas típicas do cristianismo: as pessoas como agentes da sua própria libertação, em espírito de solidariedade global e não apenas no âmbito caseiro dos seus interesses mesquinhos; tomada de consciência do ‘pecado estrutural’ ou, como diz o Papa, que as pessoas se deem conta de que estão ‘encas-tradas’ nas espirais da pobreza; necessidade de lutar ao nível das causas geradoras ou potenciadoras da pobreza; enfim, recurso à virtude teológica da esperança, qual âncora que segura o crente ao Reino de Deus.

3.2. O paradigma da “cultura do cuidado”

Na atualidade, este compromisso com a justiça, rosto primeiro da caridade, passa fortemente pela humanização desta ‘economia que mata’. Particularmente a três níveis: achamento de mecanismos para que a necessária criação de riqueza seja acompanhada por igual afincamento na sua distribuição, quer para evitar a perigosa concentração nas mãos de uns poucos, quer para que o bem comum seja garantido a partir desse outro princípio-base que é o destino universal dos bens; aplicação apropriada da tecnologia, assegurando a rentabilidade e uma sadia competição, mas sem aniquilar o direito sagrado ao trabalho, garante económico do trabalhador e da sua família e fator de realização pessoal e de equilíbrio psicológico; orientação do espírito empresarial, fazendo sair de uma letargia asfíxica vastíssimas regiões do mundo e impulsionando a criação de trabalho, produtos e serviços, sólido contributo para o bem social.

Como escreve Francisco, a espiritualidade católica passa fortemente por esta “cultura do cuidado”. Ela faz parte do nosso património sociomoral e recusamos entregá-la, de mão beijada, a terceiros. Para a documentação desta visão, vale a pena transcrever uma longa passagem da *Laudato si*: “O amor, cheio de pequenos gestos de cuidado mútuo, é também civil e político,

manifestando-se em todas as ações que procuram construir um mundo melhor. O amor à sociedade e o compromisso pelo bem comum são uma forma eminente de caridade [...]. Por isso, a Igreja propôs ao mundo o ideal duma 'civilização do amor'. O amor social é a chave para um desenvolvimento autêntico [...]. Neste contexto, juntamente com a importância dos pequenos gestos diários, o amor social impele-nos a pensar em grandes estratégias que detenham eficazmente a degradação ambiental e incentivem uma cultura do cuidado que permeie toda a sociedade. Quando alguém reconhece a vocação de Deus para intervir juntamente com os outros nestas dinâmicas sociais, deve lembrar-se que isto faz parte da sua espiritualidade, é exercício da caridade e, deste modo, amadurece e se santifica" (231).

Conclusão

São João Paulo II definia a solidariedade, não como um mero sentimento ocasional ou superficial – por exemplo, perante uma situação de catástrofe –, mas como "a determinação *firme e perseverante* de se empenhar no bem comum" (SRS 38). Esta percepção vem-nos de Jesus Cristo, mediante a Igreja que prega o Seu exemplo. E não esqueçamos que o grande contributo de Jesus Cristo para a ética não foi o de impor novos preceitos, à maneira do receituário sobre os alimentos do judaísmo, mas sim o de estabelecer o simples preceito básico do amor a Deus e ao próximo – a ponto de se poder afirmar que toda a lei se resume apenas nisto (cf. Gal 5, 14), o que levou Santo Agostinho a pronunciar a célebre e conhecidíssima frase: "Ama e faz o que quiseres".

Ao longo dos tempos, a Igreja procurou traduzir essa percepção ética nas mais diversas circunstâncias históricas mediante a linguagem da caridade, fosse ocasional, fosse institucionalizada, sem o que essa percepção permaneceria muito abstrata. Não obstante, no passado como no presente, podemos ir mais longe. Tinha razão Gandhi ao dizer que a grande revolução mundial aconteceria quando os cristãos vivessem o mandamento do amor.

Na fidelidade a essa tradição, a Igreja é chamada a uma atenção redobrada, em cada época, às novas dores, carências e necessidades que nela despontam. E a intentar-lhes resposta. Por isso, não é sua vocação 'conservar' sempre as mesmas obras, mas sim armar-se com a mente da provisoriedade: saber quando é que as obras são chamadas a serem substituídas por outras mais consentâneas com a necessidade do tempo.

Uma coisa é certa: a caridade sistematizada (a macrocaridade) jamais poderá obstaculizar a caridade personalizada (microcaridade ou caridade de proximidade). Uma e outra supõem-se e completam-se.